

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

“Casa de Epitácio Pessoa”

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



ATA



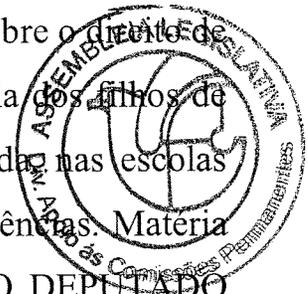
ATA DA 17ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2024.

Às nove horas do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário José Mariz, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado João Gonçalves (vice-presidente da Comissão e presidente em exercício), realizou-se a 17ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Estiveram presentes à reunião, além do presidente, os seguintes membros: os deputados Wallber Virgolino e George Moraes (suplente) e a deputada Sílvia Benjamin. Ausentes os deputados Chico Mendes, Eduardo Carneiro, Felipe Leitão e a deputada Camila Toscano. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano", o senhor presidente declarou aberta a reunião e convidou a deputada Sílvia Benjamin para secretariar os trabalhos, concedendo-lhe a palavra para que fosse lido o ato de convocação, publicado oficialmente no dia 13 de setembro de 2024 (DPL - DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO - Sexta-feira, 13 de Setembro de 2024), e para que fosse lida a ata da 16ª reunião ordinária da CCJR, ocorrida no dia 3

de setembro de 2024. Ato contínuo, o presidente retomou a palavra para a discussão e votação, ocasião em que ela foi aprovada sem restrições, sem discussões e por unanimidade. Após tais procedimentos, repassou-se a palavra à deputada secretária, que procedeu à leitura dos itens em pauta; os membros da Comissão apreciaram as seguintes matérias: item A – MATERIAS PREJUDICADAS EM CONFORMIDADE COM O ART. 163, DA RESOLUÇÃO 1.578/2012 (REGIMENTO INTERNO). Na ocasião, para fins de registro em ata, a secretária procedeu à leitura das seguintes matérias: PLO nº. 1986/2024 - DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE - Reconhece de Utilidade Pública a “Associação Comunitária Vila Produtiva Rural VPR Lafayette” e adota outras providências. Matéria prejudicada pela Lei nº 13.303 de 17/06/2024. PLO nº.1987/2024 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Declara de Utilidade Pública o Projeto de Inclusão Popular - PIP, e dá outras providências. Matéria prejudicada pela Lei nº 13.357 de 28/08/2024. PLO nº. 1995/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui um sistema de prioridade de atendimento e mecanismos de proteção aos filhos ou filhas de vítimas de crimes de feminicídio, ou lesão corporal seguida de morte, envolvendo violência doméstica, e dá outras providências. Matéria prejudicada pelas Leis Nº12.984/23, 12.610/23 e 13.097/24. PLO nº.1997/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Dispõe sobre o direito da mulher à realização gratuita do exame genético que detecta a trombofilia, e ao respectivo tratamento, na Rede de Saúde Pública do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 54/2023. PLO nº.2001/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Dispõe sobre o treinamento obrigatório para profissionais da educação sobre epilepsia, e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo Projeto Lei nº 2041/2020. PLO nº. 2002/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Reconhece de Utilidade Pública a Comunidade Paraibana de Defesa da Cidadania – COPADECI. Matéria prejudicada pela Lei nº 13.346 de 26/08/2024. PLO nº.



2004/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Dispõe sobre o direito de preferência na matrícula, na transferência e rescisão da matrícula dos filhos de mulheres vítimas de violência doméstica ou ameaça contra vida nas escolas públicas e particulares do estado da Paraíba, e dá outras providências. Matéria prejudicada pela Lei nº 10.480/2015. PLO nº. 2009/2024 - DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo Projeto Lei nº 1852/2024. PLO nº.2021/2024 - DO DEPUTADO GILBERTINHO - Dispõe sobre o Programa de Incentivo a Doação de Cabelos para pacientes em tratamento quimioterápico, para as vítimas de escarpelamento e de outras doenças que causam a queda, transitória ou definitiva, dos cabelos, no Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pela Lei nº 12.304/2022. PLO nº. 2023/2024 - DO DEPUTADO TANILSON SOARES - Determina que todas as escolas do ensino fundamental e médio da Paraíba, apresentem aos seus alunos, ao menos uma vez no ano letivo, o PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência no estado da Paraíba e dá outras providências. Matéria prejudicada pela Lei nº 11.851/2021. PLO nº. 2024/2024 - DO DEPUTADO TANILSON SOARES - Dispõe sobre Diretrizes para a Criação de Políticas Públicas de Incentivo ao Trabalhador (a) com Síndrome e Down no estado da Paraíba e dá outras providências. Matéria prejudicada pela Projeto Lei nº 1971/2024. PLO nº. 2786/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Institui a realização do exame "teste do olhinho" para detecção do câncer nos olhos em recém-nascidos e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo Projeto Lei nº 2424/2024. PLO nº. 2787/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que institui o programa de orientação e informações sobre transtorno do espectro autista – TEA –, durante o pré-natal. Matéria prejudicada pelo Projeto Lei nº 243/2023. PLO nº. 2803/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que institui a política de enfrentamento à violência política contra



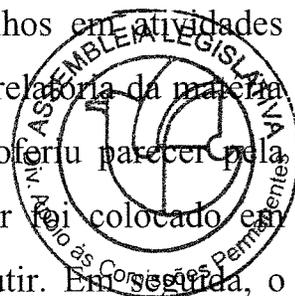
a mulher no estado da Paraíba. Matéria prejudicada pela Lei nº 12.245/2022.
PLO nº. 2804/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIM - Projeto de Lei
que Cria a Política Estadual de Orientação, Diagnóstico e Tratamento da
Endometriose e dá outras providências. Matéria prejudicada pela Lei nº
13.245/2022. A.1 MATÉRIAS SUJEITAS A DESPACHO DO PRESIDENTE
DA CCJR: Na ocasião, da mesma forma que o item precedente, para fins de
registro em ata, a secretária procedeu à leitura das seguintes matérias: PLO nº.
2007/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Autoriza a criação do
Programa Escola da Construção Civil, e dá outras providências, que teve
Parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Item B – MATÉRIAS QUE
DISPENSAM DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO: PLO nº. 2857/2024 - DA
DEPUTADA CIDA RAMOS - Declara De Utilidade Pública Estadual a
Associação Santo Antônio do Novo Paraíso, na Cidade De Mogeiro, No Estado
Da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator
substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato
contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem
quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi
aprovado por unanimidade; PLO nº. 2875/2024 - DA DEPUTADA CIDA
RAMOS - Declara de utilidade pública estadual a Associação comunitária do
Corredor, no município de São Miguel de Taipu, no estado da Paraíba. A
relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, que proferiu parecer
pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em
discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o
parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item D –
PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA. PLO nº. 1778/2024 - DO DEPUTADO
GEORGE MORAIS - Dispõe sobre a implantação de ciclovias às margens das
rodovias, nos trechos em que cortem áreas urbanas, e dá outras providências. A
relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que
proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer



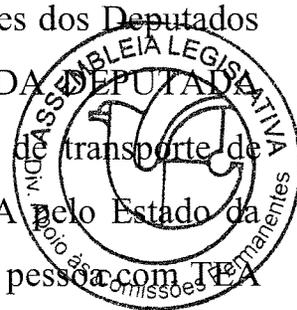
foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1897/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - retirado de pauta; PLO nº. 1898/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - retirado de pauta; PLO nº. 1956/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Estabelece diretrizes para o acompanhamento e assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, após sua saída da casa-abrigo, no Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado George Moraes, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1978/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Estabelece prazo máximo para que o paciente, com suspeita de doença rara, seja atendido por especialista no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com votos divergentes dos Deputados George Moraes e Wallber Virgolino; PLO nº. 1981/2024 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Institui, no âmbito do Estado da Paraíba, o Programa Estadual de Estímulos a Pessoas com Doenças Raras nos Eventos Futebolísticos. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1982/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Assegura aos pais e



responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos em atividades pedagógicas de gênero no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi do deputado George Morais, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n.º 1983/2024 - DO DEPUTADO LUCIANO CARTAXO - Dispõe sobre a Criação do Programa Estadual de apoio aos agricultores familiares atingidos por enchentes, alagamentos, Estiagens e demais desastres climáticos. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com votos divergentes dos Deputados George Morais e Wallber Virgolino; PLO n.º 1984/2024 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Institui os Objetivos e Diretrizes da Política Estadual de Inclusão de Pessoas Neurodivergentes No Âmbito do Estado da Paraíba e dá outras Providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com votos divergentes dos Deputados George Morais e Wallber Virgolino; PLO n.º 1985/2024 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Cria Diretrizes para a Política Estadual de atenção Oftalmológica e dá outras Providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em



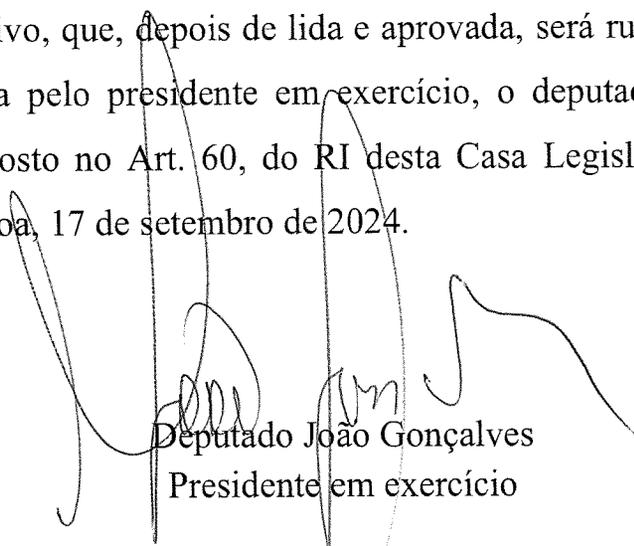
votação e este foi aprovado por maioria, com votos divergentes dos Deputados George Morais e Wallber Virgolino; PLO nº. 1988/2024 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Institui a identificação de veículo de transporte de pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista – TEA pelo Estado da Paraíba e a promoção de campanhas de conscientização sobre pessoas com TEA no trânsito, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, que, seguindo posicionamento adotado pela consultoria legislativa da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1990/2024 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Cria o Programa de Enfrentamento da Psicofobia no Âmbito do Estado da Paraíba e dá Outras Providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com votos divergentes dos Deputados George Morais e Wallber Virgolino; PLO nº. 1991/2024 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Estabelece Diretrizes para a Política de Prevenção, Diagnóstico e Acompanhamento de Déficits Auditivos nas Escolas Públicas do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por maioria, com votos divergentes dos Deputados George Morais e Wallber Virgolino; PLO nº. 1992/2024 - DO DEPUTADO JUTAY MENESES - Dá nova redação ao caput do Art. 1º da Lei 9.479 de 27 de outubro de 2011. Relator: Dep. Felipe Leitão



Posição da Consultoria: Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade das matérias. A relatoria da matéria foi do deputado George Morais, relator substituto, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1993/2024 - DO DEPUTADO TOVAR CORREIA - Altera A Lei Nº 5.672, de 17 de Novembro de 1992 que “Dispõe Sobre o Regimento de Custas Judiciais e Emolumentos Extra-Judiciais e dá outras Providências“, para dispensar o adiantamento do pagamento de Custas em Ações de Execução de Honorários Advocatícios. A relatoria da matéria foi do deputado George Morais, relator substituto, que proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1994/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Dispõe sobre o desenvolvimento e implementação de testes de diagnóstico rápido e eficaz para a tuberculose, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado Wallber Virgolino, que, divergindo do posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1996/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Concedido pedido de vistas ao deputado George Morais; PLO nº. 2000/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui a Política Estadual de Proteção e Combate Contra o Vírus Papilomavírus Humano - HPV. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda supressiva. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse



discutir. Em seguida, o parecer, com emenda supressiva, foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Fim das matérias e das apreciações. Não havendo mais nada a ser deliberado, o presidente deu por encerrada a reunião. Lavrou a ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo presidente em exercício, o deputado João Gonçalves, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Plenário José Mariz, João Pessoa, 17 de setembro de 2024.


Deputado João Gonçalves
Presidente em exercício

